

**ATA**  
**2ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho**  
29 de setembro de 2008

**Local:** Ministério do Trabalho e Emprego, Bl. F. Ed. Sede, sala 545 – Brasília/DF

**Hora:** 10h13 às 16h45

**Participantes:**

**Governo**

- Carlos Augusto Vaz de Souza - MS
- Domingos Lino - MPS
- Guilherme Franco Netto - MS
- Jófilo Moreira Lima Júnior - MTE
- Júnia Maria de Almeida Barreto - MTE
- Luiz Eduardo Alcântara de Melo - MPS
- Remígio Todeschini - MPS
- Rodrigo Vieira Vaz - MTE

**Empregadores**

- Clovis Veloso de Queiroz Neto - CNI
- Fernando Coelho Neto - CNI
- Luciana Cardoso de Carvalho - CNA

- Damião Cordeiro - CNF

**Trabalhadores**

- Armando Henrique - FSindical
- Cleonice Caetano Souza - UGT
- Dary Beck Filho - CUT
- João Donizzeti Scaboli - FSindical
- Jorge Alves de Almeida Venâncio - CGTB
- José Alves Couto Filho (Toré) - NCST
- José Augusto da Silva Filho - UGT
- Siderlei de Oliveira - CUT

**Convidado**

- Wanderley Codo - UnB

**ATA**

1 Remígio Todeschini, do MPS, iniciou a 2ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança  
2 no Trabalho – CT-SST informando que a pauta do dia seguiria com a aprovação do Regimento Interno da  
3 Comissão e, posteriormente, pela definição das prioridades a serem trabalhadas pelo grupo mediante a  
4 análise das sugestões apresentadas por cada bancada. Dary Beck Filho, da CUT, lembrou aos presentes  
5 da principal reivindicação da bancada dos Trabalhadores perante a Comissão que é a garantia de  
6 transporte por parte do Ministério-coordenador aos membros daquela bancada ou a alternância do local  
7 das reuniões (São Paulo/SP, por exemplo). Remígio informou que se fosse de concordância do restante  
8 dos membros, a 3ª reunião poderia acontecer na cidade de São Paulo/SP. Siderlei de Oliveira, também da  
9 CUT, disse que seria mais interessante o custeio das passagens à bancada dos Trabalhadores, já que, de  
10 acordo com ele, seria o mesmo ônus pago aos funcionários que viajarão a São Paulo/SP. Remígio disse  
11 que buscará alternativas para minimizar a questão e Domingos Lino, do MPS, explicou as instruções dos  
12 órgãos de controle de pagamentos e despesas em relação ao assunto. Remígio questionou Júnia Maria de  
13 Almeida Barreto, do MTE, e Guilherme Franco Netto, do MS, se na coordenação da CT-SST por parte de  
14 seus Ministérios será possível o custeio de passagens à bancada dos Trabalhadores: Júnia informou que  
15 atualmente não conseguiria essa garantia já que coordena e participa de outras Comissões no âmbito do  
16 MTE onde os dispêndios com trânsito e hospedagem são pagos pelas instituições de cada participante; e  
17 Guilherme disse que na coordenação da Comissão por parte do MS será feito o possível para atender as  
18 necessidades de cada bancada. Em continuidade à aprovação do Regimento Interno, Remígio sugeriu a  
19 retirada do art. 11, que trata do custeio das despesas com transporte, estada e alimentação, como forma  
20 de solucionar a questão levantada pela bancada dos Trabalhadores. A sugestão foi acatada. Concordou-se  
21 em alterar o art. 10, no que diz respeito ao quórum necessário e quórum mínimo para as reuniões. Lino  
22 informou que as entidades ou órgãos de cada participante deverão indicar igual número de suplentes para  
23 a Comissão. Clovis Veloso de Queiroz Neto, da CNI, sugeriu que ao final do art.10 conste a frase "...ou  
24 suplentes no exercício da titularidade.". A sugestão foi acatada ficando a nova redação da seguinte forma:  
25 "O quórum necessário para abertura e funcionamento das reuniões ordinárias ou extraordinárias da CT-  
26 SST será de 50% de cada representação, e o quórum mínimo será de 50% mais um do total de membros-  
27 titulares da Comissão ou suplentes no exercício da titularidade". Clovis informou que Adriana Giuntini  
28 Viana, da CNT, e Magnus Ribas Apostólico, da CNF, tiveram imprevistos e por isso não compareceram à  
29 reunião. Em relação ao art. 2º, Clovis chamou a atenção para a renomeação do "parágrafo primeiro" para  
30 "parágrafo único" já que consta apenas ele no artigo, e solicitou o acréscimo da precedência da  
31 coordenação da Comissão (1º MPS, 2º MTE e 3º MS), conforme a Portaria Interministerial nº 152, de 13 de

maio de 2008, que a instituiu. No art. 4º, item a), sugeriu que os assuntos extra-pauta acordados entre os participantes também sejam discutidos e deliberados nas reuniões. Sugestão acatada, a redação foi redefinida: “a) participar das reuniões da Comissão, discutir e deliberar sobre quaisquer assuntos constantes da pauta ou extra-pauta acordada entre os participantes;” No art. 5º, novamente chamou a atenção para a redação do “parágrafo primeiro” para “parágrafo único”; sugeriu a retirada da expressão “por escrito”; e sugeriu que as justificativas de ausências devam ser feitas ao Coordenador da Comissão pelo Coordenador de bancada. As sugestões foram acatadas; nova redação do parágrafo único do art. 5º: “As justificativas de ausência deverão ser feitas ao Coordenador da Comissão pelo Coordenador de bancada.”. Remígio sugeriu para o art. 2º a criação de mais dois parágrafos: o primeiro falará do rodízio anual da coordenação da Comissão e da precedência; o segundo, tratará do apoio administrativo do Ministério-coordenador e da indicação de um secretário(a) para o apoio técnico e administrativo à Comissão; e o terceiro, da indicação de um coordenador de cada bancada entre seus titulares. Foi solicitado, no art. 8º, a renomeação do “parágrafo primeiro” para “parágrafo único” e nova redação, acatada pelo grupo: “Mediante solicitação prévia do Coordenador de bancada, o Coordenador da Comissão poderá autorizar a presença de convidados que poderão ter direito à palavra em temas previamente acordados.” O Regimento Interno da CT-SST foi aprovado pelos membros presentes à reunião. Em continuidade à pauta, Remígio informou que cada bancada teria 30 minutos para apresentar os pontos que consideram importantes de serem trabalhados na Comissão, e depois da pausa para o almoço, seriam discutidos tais pontos com o restante dos membros. Dary falou pela bancada dos Trabalhadores e explicou que as prioridades apresentadas à Coordenação da Comissão foram sugeridas a partir de uma reunião entre as principais centrais sindicais do país. A 1ª prioridade seriam os setores da construção civil, o transporte rodoviário de carga e a cadeia produtiva da agroindústria, incluindo usinas de açúcar e álcool e preparação de carnes; a 2ª, fazer levantamento cruzando CNAE e concessão de benefícios de auxílio-doença acidentário e previdenciário visando priorizar o setor/área que se destacar nesse levantamento; e a 3ª, após o estudo do ponto 2, fazer uma nova avaliação no setor de Comércio e Serviços, visando determinar a uma área mais específica de atuação a ser priorizada. Siderlei completou dizendo que, de acordo com ele, o grande problema enfrentado hoje no país são os adoecimentos no ambiente de trabalho, e que as mortes não são mais o principal ponto de discussão. José Alves Couto Filho (Toré), da NCST, sugeriu que a questão dos transportes fosse mais abrangente na primeira prioridade citada. Dary explicou que as prioridades foram estabelecidas depois de avaliados os dados apresentados pelo MPS, onde o transporte rodoviário de cargas aparece mais, e que talvez quando forem feitos os cruzamentos de CNAEs aparecerão outras atividades. Remígio informou que os bancos de dados para a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST e o objetivo principal da Comissão é apontar um caminho para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho. Júnia disse concordar com os trabalhadores sobre a importância da questão do adoecimento. Siderlei falou que seria importante um olhar mais atento da Comissão sobre as questões de LER/DORT e citou o exemplo dos pequenos produtores avícolas e dos trabalhadores de frigoríficos que adoecem por esforço repetitivo. Dary disse que seria interessante o detalhamento dos dados apresentados pelo MPS. Remígio respondeu que na página virtual da Previdência está disponibilizada a planilha Mapeamento Brasil e Unidades da Federação com as 30 maiores frequências de óbitos e incapacidade permanente. Jófilo Moreira Lima Júnior, do MTE, disse que a Comissão deve pensar nas prioridades em nível nacional. Jorge Alves de Almeida Venâncio, da CGTB, considera que é preciso fazer um estudo mais detalhado da saúde do trabalhador; não só na área de invalidez permanentes e óbitos, mas também sobre doenças ocupacionais. Na fala dos Empregadores, Clovis disse que depois de várias reuniões identificou-se que o sentimento da bancada era contrário a dos Trabalhadores, pois defendem algumas premissas: 1) pensam em setores organizados; 2) setores onde a atuação da Comissão possa ser mais facilmente sentida; 3) nenhuma representação conseguirá defender a todos os interesses: é preciso priorizar 3 setores de cada atuação com eficiência e eficácia; 4) que esses setores sejam apenas um de cada segmento; 5) têm dificuldade em indicar para onde o Estado deve olhar, e a bancada estaria mais confortável se fosse especificada a atuação de cada bancada no processo. Fernando Coelho Neto, da CNI, perguntou a Remígio qual será a contrapartida que o governo trará para as empresas. Este explicou que o governo fará o “dever de casa” e definirá suas ações independentemente daquelas que já realiza por força de lei: ações de utilidade pública específicas para cada região, setor, etc., e a partir daí definir as ações preventivas. Lembrou que o SESI/CNI e CNA já realizam ações desse tipo e deixou claro que não serão ações repressivas e sim persuasivas, coletivas. José Augusto perguntou se foi ajuizada, por parte da CNI, alguma ação contra o Estado em relação ao FAP, principalmente no cruzamento da CID-10. Clovis respondeu que a CNI entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN nº 3931) perante o Supremo Tribunal Federal contestando os dispositivos legais que tratam do NTEP (princípio do Bonus-Malus) e aguarda julgamento. Os Empregadores fizeram sugestões das ações que poderiam ser realizadas por eles: produção de material educativo setorializado, oficinas, informes eletrônicos e cursos à distância; e pelo governo: priorizar a área de SST, isenção fiscal para material de

92 proteção coletiva e individual, política de compra por parte do governo do maquinário obsoleto, campanhas  
93 de utilidade pública, convênios com o Sistema “S”, incentivo fiscal para pessoa jurídica que apóia a  
94 prevenção de acidentes e doenças do trabalho. Armando Henrique, da Força Sindical, disse que a  
95 Comissão tem que se preocupar em contribuir com os setores da cadeia produtiva e encontrar ações  
96 diferenciadas dentro de cada um. Depois do intervalo para o almoço, Remígio falou das ações de atuação  
97 sugeridas pela parte da manhã e disse que uma das ações a ser desenvolvida deve ser a difusão da  
98 política de prevenção de acidentes e doenças do trabalho. Os Trabalhadores destacaram alguns pontos: a  
99 priorização da construção civil; definição do setor de transportes e agroindústria; mais informações sobre  
100 auxílio-doença, principalmente no setor de comércio e serviços. Já os empregadores disseram que é  
101 preciso dar ênfase nos setores organizados onde o trabalho da Comissão seja mais fácil, e que os setores  
102 deverão ser indicados por segmento (indústria, agricultura, transporte, comércio). Dary disse que a  
103 proposta dos Trabalhadores não envolve a idéia de trabalhar com cadeia produtiva, conforme citado por  
104 Armando, e que a Comissão deve se atentar aos números apresentados. Jorge falou que o critério  
105 epidemiológico deve ser usado para a seleção dos setores. João Donizzeti Scaboli, da Força Sindical,  
106 disse que em se tratando de micro e pequenas empresas, não é contra o financiamento citado na proposta  
107 dos Empregadores. Toré completou dizendo que principalmente as pequenas empresas que visam mais o  
108 lucro em detrimento do bem-estar dos funcionários. Remígio disse que talvez seja necessário fazer  
109 reuniões específicas para se definirem as estratégias. Lino pediu para que os setores fossem definidos na  
110 reunião e as bancadas enviassem as informações em até 15 dias. Carlos Augusto Vaz de Souza, do MS,  
111 disse concordar em algumas questões: priorizar mais as doenças laborais; focar as cadeias produtivas (em  
112 especial a agroindústria, a fabricação de artefatos de concreto, transporte, entre outros). Clovis concluiu  
113 que não houve grandes divergências quanto às sugestões apresentadas, mas que os Empregadores  
114 defendem a definição de premissas como indicativos do tipo de trabalho que será realizado. Na opinião  
115 dele a Comissão não tem “fôlego” para trabalhar com cadeias produtivas. Fernando acredita que a  
116 definição das prioridades não deve se basear apenas na questão epidemiológica mas também na  
117 governança de cada setor. Remígio disse que campanhas específicas e integradas podem ser uma saída  
118 para as divergências entre Empregadores e Trabalhadores: ações conjuntas; ações educativas; revisão da  
119 normatização; informações e questões de utilidade pública; definição o tipo de fiscalização; produção de  
120 material em conjunto. Clovis pediu um recesso para consultar o representante da Confederação Nacional  
121 do Transporte sobre as prioridades apresentadas. Depois do recesso foram definidos os seguintes setores:  
122 transporte rodoviário de cargas e todo o setor da construção. Siderlei disse ter aberto mão, sob protesto,  
123 da questão dos frigoríficos. Remígio também acha importante o abate de reses e frango, mas tentará  
124 amenizar a questão conforme surjam os problemas. Dary considera importante identificar os setores que  
125 mais adoecem. Toré disse que o transporte rodoviário, como um todo, é um grande problema a ser  
126 enfrentado. Jorge afirmou os objetivos da Comissão são muito gerais para serem restringidos a dois  
127 temas. Remígio disse que as duas prioridades servirão como teste para a Comissão e pediu sugestões de  
128 ações que podem ser desenvolvidas pelo governo nas áreas da construção civil, transporte e abate de  
129 reses e frango. Também falou em apresentar uma prévia do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho  
130 2007 para próxima reunião. Lino disse que a Secretaria da Comissão enviaria aos membros um roteiro  
131 com os dois setores definidos para que cada segmento informe as ações que já realizam, o que sugerem  
132 que seja feito pelas outras bancadas, estabelecer metas e apresentar indicadores. Remígio solicitou que  
133 essas informações sejam enviadas à Coordenação da Comissão em 15 dias para que sejam  
134 sistematizadas e transformadas em um plano de ação. Disse também que na próxima reunião (dia  
135 24/11/08, das 10h às 17h, na Fundacentro, São Paulo/SP) serão apresentados dados preliminares do  
136 Anuário 2007, os cruzamentos de CNAEs e o plano de ação. Nada mais.